

Demonstrações Financeiras

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	24.438.130	15.885.338
Concessionárias e permissionárias	7	9.509.118	9.277.152
Contas a receber - partes relacionadas	21	862.390	12.048
Estoques		3.250.024	3.041.325
Adiantamento a fornecedores		1.047.700	1.487.207
Impostos a recuperar		3.243.674	178.284
Ativo financeiro amortizável e indenizável	8	83.832.822	85.426.393
Outros ativos circulantes		1.069.114	939.285
		127.252.972	116.247.032
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	7.930.426	7.930.426
Ativo financeiro amortizável e indenizável	8	352.656.180	352.865.475
Outros ativos não circulantes		1.870.240	2.585.446
Imobilizado		1.501.116	573.126
Intangível		38.311	19.909
		363.996.273	363.974.382
Total do ativo		491.249.245	480.221.414

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		684.872	998.975
Fornecedores - partes relacionadas	21	826.704	4.978
Financiamento - terceiros	9	18.823.123	18.636.317
Impostos e contribuições sociais	10	15.667.693	16.730.851
Taxas regulamentares	11	2.625.680	2.078.194
Dividendos propostos	14	391.389	6.328.389
Outros passivos circulantes		1.885.044	1.731.274
		40.904.505	46.508.978
Passivo não circulante			
Financiamento - terceiros	9	9.355.292	27.677.106
Outras contas a pagar com partes relacionadas	21	21.877	21.877
Provisão para contingências	12	338.718	329.579
Impostos diferidos	13	55.902.997	53.093.863
		65.618.884	81.122.425
Patrimônio líquido	14		
Capital social		194.035.000	194.035.000
Retenção de lucros		174.671.071	144.595.169
Reserva legal		16.019.785	13.959.842
		384.725.856	352.590.011
Total do passivo e do patrimônio líquido		491.249.245	480.221.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional líquida	15	78.804.595	84.886.919
Custo da operação	16	<u>(13.441.311)</u>	<u>(20.725.606)</u>
Lucro bruto		65.363.284	64.161.313
Despesas gerais e administrativas	17	(5.461.768)	(2.533.104)
Outras (despesas)/receitas operacionais líquidas		<u>(408.640)</u>	<u>(1.224.065)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		59.492.876	60.404.144
Resultado financeiro	18	<u>(2.411.460)</u>	<u>(724.063)</u>
Receita financeira		3.107.623	9.064.157
Despesa financeira		(5.519.083)	(9.788.220)
Resultado antes dos impostos		<u>57.081.416</u>	<u>59.680.081</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	(15.882.572)	(20.542.994)
Lucro líquido do exercício		<u>41.198.844</u>	<u>39.137.087</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	41.198.844	39.137.087
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>41.198.844</u>	<u>39.137.087</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	194.035.000	12.002.988	107.786.739	-	313.824.727
Lucro líquido do exercício	-	-	-	39.137.087	39.137.087
Constituição da reserva legal	-	1.956.854	-	(1.956.854)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	36.808.430	(36.808.430)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 14)	-	-	-	(371.803)	(371.803)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	194.035.000	13.959.842	144.595.169	-	352.590.011
Lucro líquido do exercício	-	-	-	41.198.844	41.198.844
Constituição da reserva legal	-	2.059.943	-	(2.059.943)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	38.747.513	(38.747.513)	-
Dividendos intermediários	-	-	(8.671.611)	-	(8.671.611)
Dividendos propostos (Nota explicativa 14)	-	-	-	(391.389)	(391.389)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	194.035.000	16.019.785	174.671.071	-	384.725.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	57.081.416	59.680.081
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações cambial sobre financiamentos	3.763.050	2.635.496
Depreciação e amortização	110.689	323.847
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	646.514	-
Provisão para contingência	9.139	19.739
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(878.480)	529.823
Contas a receber - partes relacionadas	(850.342)	-
Ativo financeiro amortizável e indenizável	1.802.866	(10.817.042)
Estoques	(208.699)	4.917.426
Impostos a recuperar	(795.245)	4.644.358
Adiantamentos a fornecedores	439.508	(207.040)
Outros ativos	585.378	(620.184)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	507.624	17.040
Tributos e contribuições sociais	(583.721)	(5.383.293)
Taxas regulamentares	547.487	(1.264.675)
Outros passivos	153.770	285.194
Juros pagos	(3.466.184)	(5.213.234)
Impostos pagos	(15.823.021)	(15.808.937)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>43.041.749</u>	<u>33.738.573</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.057.081)	(361.005)
Títulos e valores mobiliários	-	111.621
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(1.057.081)</u>	<u>(249.384)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Financiamentos pagos	(18.431.875)	(18.696.600)
Dividendos pagos	(15.000.000)	(18.650.521)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(33.431.875)</u>	<u>(37.347.121)</u>
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	8.552.793	(3.857.932)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>15.885.338</u>	<u>19.743.270</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>24.438.130</u>	<u>15.885.338</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

1. Informações gerais

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTTE" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 17 de outubro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

1.1. Da concessão

Em 30 de setembro de 2004, a Isolux Wat S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote J - linhas Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera-Imbirussu. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006.

No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção da instalação das linhas de transmissão Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera Imbirussu-230KV, com extensão aproximada de 490 km, com origem na subestação UHE Porto Primavera e término na nova subestação Porto Primavera.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$43.711.000 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$97.632.772 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 99.168.400 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

No exercício de 2016 houve reclassificações de valores que encontravam-se em outros ativos não circulantes para contas a receber – partes relacionadas (ativo não circulante) no montante de R\$12.048. Não foram efetuadas outras reclassificações nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2018.

2.1. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4. Ativo financeiro amortizável e indenizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como "recebíveis" e registrado ao valor justo.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

3.5. Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

3.12. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo imobilizado em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

3.14. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber partes relacionadas, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável e indenizável.

O saldo e caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados pelo valor justo e contas a receber partes relacionadas, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável e indenizável são classificados pelo custo amortizado.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

melhorias prestadas. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: financiamentos – terceiros, fornecedores – terceiros e fornecedores – partes relacionadas. Os saldos de tais passivos financeiros são classificados pelo custo amortizado.

A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na categoria: Outros passivos financeiros ao custo amortizado - reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis..

3.15. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.16. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

4.1. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em exercício anteriores:

Modificações ao CPC 03 (R2) - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.

Modificações ao CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.

Modificações ao CPC 45 - Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.

4.2 As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia adotará essas normas, tão logo entrem em vigor:

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada da classificação e da mensuração, considerando que a Companhia não adota contabilidade de hedge. Tomou por base informações atualmente disponíveis e poderá estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que serão disponibilizadas a Companhia em 2018, quando passará a adotar o CPC 48. Em geral, exceto pelo mencionado no tópico de Classificação e mensuração, abaixo, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(a) Classificação e mensuração - A Companhia continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo e espera que determinadas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários possam vir a ser mensuradas pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma vez que espera não só manter estas aplicações, mas também negociá-las de forma relativamente frequente.

As contas a receber, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia entende que as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

A Companhia mantém estudos e discussões no setor de atuação quanto aos possíveis impactos da aplicação da norma. Estas análises e discussões, por sua natureza e complexidade e pela similaridade dos desafios e contratos inerentes a sua área de atuação envolvem não apenas a Companhia, mas outros participantes da indústria em que atua e da comunidade de negócios, tal como a ABRACONEE - Associação Brasileira de Contadores do Setor de Energia Elétrica.

Até a presente data, não existe entre os participantes do Setor um consenso no que diz respeito a adequada definição quanto à mensuração dos ativos financeiros da concessão, principalmente no que se refere a parcela a ser indenizada pelo poder concedente ao final da concessão. Dessa forma, até a data de conclusão destas demonstrações financeiras, não foi concluída a mensuração da implementação da referida norma contábil vigente a partir de janeiro de 2018. Cabe ressaltar

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

que a Companhia divulga na nota explicativa nº 20.1 os valores de custo amortizado e justo de todo o seu ativo financeiro, incluindo a parcela a ser indenizada pelo poder concedente ao final da concessão e aquela a ser recuperável através da Receita Anual Permitida – RAP.

(b) Redução ao valor recuperável - A norma exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos e valores mobiliários e contas a receber, com base em 12 meses ou por toda a vida. As perdas de crédito esperadas são avaliadas pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia planeja adotar a nova norma com início a partir de 1º de janeiro de 2018 com base no método retrospectivo modificado.

A Companhia atua na construção, operação e manutenção e transmissão de energia elétrica, por meio de contratos de concessão estabelecidos em licitações realizadas pelo Poder Público para concessão de serviço público de transmissão.

Prestação de serviços de transmissão - Para contratos com a ANEEL em que geralmente se espera que a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão sejam as únicas obrigações de execução, a adoção da norma não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. A Companhia reconhece a receita ao longo tempo, conforme o serviço de disponibilização da rede de transmissão é prestado.

Contraprestação variável - Os contratos de concessão mencionam a parcela variável (“PV”), que consistem em uma parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. Atualmente, a Companhia reconhece a receita de transmissão mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos referentes a parcela variável, que dão origem a uma contraprestação variável. A norma exige que a contraprestação variável seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. A Companhia não espera que a adoção da norma traga alterações, já que a PV reduz sua receita bruta.

Adicionalmente, as multas incorridas pela penalidade na qualidade da prestação do serviço, atualmente são contabilizadas como despesa operacional. A nova regra, item 50 e 51, indica que a receita deve ser reconhecida líquida de descontos, abatimentos, penalidades e outros itens, portanto, a Companhia identifica que as multas a partir de 1º de janeiro de 2018 deverão ser registradas como redutora da receita e não como despesa operacional.

Alocação do preço de venda - A Companhia contabiliza a remuneração do ativo financeiro e o serviço de operação e manutenção como entregas separadas e aloca a contraprestação de forma distribuída entre esses produtos, seguindo o definido nos contratos de concessão.

Na avaliação da Companhia a apropriação da contraprestação e, conseqüentemente, a época do montante de receita reconhecida não serão afetados.

Reconhecimento da receita ao longo do tempo - A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. De acordo com a norma, a Companhia continuará a reconhecer a receita desses contratos de serviços ao longo do tempo, atendendo ao exigido pela nova norma.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

Exigências de apresentação e divulgação - As exigências de apresentação e divulgação da norma são mais detalhadas e como exigido, a Companhia desagrega as receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevem a natureza, o montante e o fato das receitas e dos fluxos de caixa serem afetados por fatores econômicos. A Companhia possui apenas um segmento operacional.

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A norma também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as atualmente.

A norma entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Em 2018, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da norma nas suas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Bancos	316.591	460.573
Aplicações financeiras	24.121.539	15.424.765
	<u>24.438.130</u>	<u>15.885.338</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

6. Títulos e valores mobiliários

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Conta reserva - financiamentos	7.930.426	7.930.426
	<u>7.930.426</u>	<u>7.930.426</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 10).

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última parcela do empréstimo paga, incluindo principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida e acrescido três vezes o valor do custo de operação e manutenção. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

7. Concessionárias e permissionárias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer	8.945.825	7.796.738
Vencidas até 30 dias	99.456	27.720
Vencidas até 60 dias	13.576	26.621
Vencidas até 90 dias	9.616	-
Vencidas há mais de 90 dias	2.542.896	2.881.810
	11.611.369	10.732.889
(-) PCLD	(2.102.251)	(1.455.737)
	<u>9.509.118</u>	<u>9.277.152</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo em 1º de janeiro	(1.455.737)	(1.455.737)
Adição	(646.514)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(2.102.251)</u>	<u>(1.455.737)</u>

8. Ativo financeiro amortizável e indenizável

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante	83.832.822	85.426.393
Não circulante	352.656.180	352.865.475
	<u>436.489.002</u>	<u>438.291.868</u>

Conforme contrato de concessão da Companhia (conforme notas explicativas 1.1 e 1.2) a Companhia

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro e o de indenização reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento.

Ativo financeiro - Amortizável

As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

Ativo financeiro - Indenizável

Conforme termo final do contrato de concessão, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

A administração da companhia considera que ao final da concessão caberá a Companhia uma indenização. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos do Tesouro Nacional. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica.

9. Financiamentos

a) Total da dívida

<u>Descrição</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantidor</u>	<u>Encargos</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
BNDES - Subcrédito A	06/2007	06/2019	(i)	UMBNDDES + 3%	2.704.231	4.405.811
BNDES - Subcrédito B + C	06/2007	06/2019	(i)	TJLP + 3% a.a.	7.334.931	12.094.330
BNP - Subcrédito A	06/2007	06/2019	(i)	UMBNDDES + 4,3%	2.443.176	3.980.492
BNP - Subcrédito B + C	06/2007	06/2019	(i)	TJLP + 4,3% a.a.	6.626.450	10.926.149
Santander - Subcrédito A	06/2007	06/2019	(i)	UMBNDDES + 4,3%	2.443.176	3.980.492
Santander - Subcrédito B + C	06/2007	06/2019	(i)	TJLP + 4,3% a.a.	6.626.451	10.926.149
					<u>28.178.415</u>	<u>46.313.423</u>
Circulante					18.823.123	18.636.317
Não circulante					9.355.292	27.677.106
					<u>28.178.415</u>	<u>46.313.423</u>

O Contrato de financiamento com o BNDES foi obtido mediante abertura de crédito estabelecido em 19 de dezembro de 2007, destinado à implantação das linhas de transmissão da Companhia. O financiamento está dividido em subcréditos, os quais:

BNDES - Direto - moeda estrangeira - Subcrédito A

No valor original de R\$14.095.000 providos com recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 3% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira. Os juros serão calculados sobre o saldo devedor, atualizado pela variação cambial das moedas estrangeiras aplicáveis, utilizando-se a cotação de fechamento para venda divulgada pelo Banco Central do Brasil. O prazo de amortização é de 144 meses, com início em 15 de julho de 2007 e término em 15 de junho de 2019.

BNDES - Direto - moeda nacional - Subcréditos B e C

Nos valores originais de R\$49.129.000 e R\$7.253.000, respectivamente, providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 3% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 144 meses, com início em 15 de julho de 2007 e término em 15 de junho de 2019.

Banco BNP e Banco Santander

Repasse moeda estrangeira - Subcrédito A no montante original de R\$25.454.000 Sobre o principal da dívida incidirá a taxa de juros de 4,3% ao ano, acima da mesma taxa do Subcrédito A do BNDES Direto.

Repasse moeda nacional - Subcréditos B e C no montante original de R\$101.818.000 sobre o principal da dívida incidirá a taxa de juros de 4,3% ao ano, acima da mesma taxa do Subcrédito B e C do BNDES Direto.

(i) Garantias

Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão.

Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.

Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal)

	<u>Amortização</u>
2019	<u>9.355.292</u>
	<u><u>9.355.292</u></u>

c) Covenants

A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes. O referido índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2017.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

10. Impostos e contribuições sociais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IR	10.316.975	11.988.498
CSLL	4.006.004	3.397.530
PIS	109.914	107.108
COFINS	507.711	496.496
Outros	727.089	741.219
	<u>15.667.693</u>	<u>16.730.851</u>

11. Taxas regulamentares

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Reserva global de reversão (RGR) (i)	(101.730)	13.464
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	192.393	193.664
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	2.535.017	1.871.066
	<u>2.625.680</u>	<u>2.078.194</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 27 de julho de 2016, através do Despacho 2.012 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2016 a junho de 2017 de R\$ 28.232.

Conforme Nota Técnica nº 218/2017 a ANEEL estabeleceu o valor de TFSEE de R\$ 26.870 ao mês, período de julho de 2017 a junho de 2018.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

12. Provisão de contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Trabalhista	338.718	329.579
	<u>338.718</u>	<u>329.579</u>

Contingências possíveis (não provisionadas)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fiscal	749.000	10.429.981
Trabalhista	5.100.584	-
Cível	2.034.595	-
	<u>7.884.179</u>	<u>10.429.981</u>

13. Impostos diferidos passivos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Impostos diferidos passivos (i)	55.902.997	53.093.863
	<u>55.902.997</u>	<u>53.093.863</u>

- (i) Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$194.035.000, dividido em 194.035.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social é como se segue:

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	<u>2017 e 2016</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u><u>100%</u></u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência a partir do exercício de 2016.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	41.198.844	39.137.087
Reserva legal (5%)	<u>(2.059.943)</u>	<u>(1.956.854)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>39.138.902</u>	<u>37.180.233</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u><u>391.389</u></u>	<u><u>371.803</u></u>

Em 02 de outubro de 2017 a Administração pagou R\$ 6.328.389 decorrente dos dividendos provisionados em exercícios anteriores e R\$ 8.671.611 decorrente de dividendos adicionais aprovados em AGO de 28 de abril de 2017, totalizando R\$ 15.000.000.

15. Receita operacional líquida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional bruta	<u>90.885.161</u>	<u>95.978.070</u>
Receita de operação e manutenção	18.531.234	14.554.202
Remuneração dos ativos financeiros	72.246.913	81.423.868
Outros	107.014	-
Deduções da receita operacional	<u>(12.080.566)</u>	<u>(11.091.151)</u>
PIS	(1.529.352)	(1.405.157)
COFINS	(7.044.290)	(6.472.238)
RGR	(2.317.201)	(2.129.026)
P&D	(859.108)	(740.699)
TFSEE	(330.616)	(344.031)
	<u><u>78.804.595</u></u>	<u><u>84.886.919</u></u>

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

16. Custo da operação

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	(8.418.030)	(8.276.094)
Material	(1.290.919)	(793.919)
Serviços de terceiros	(883.887)	(806.076)
Seguros	(139.843)	(117.790)
Tributos	(58.606)	(125.343)
Arrendamentos e aluguéis	(30.016)	(7.606)
Custo de construção	(107.014)	-
Custo de operação e manutenção	(264.830)	(8.704.509)
Gastos diversos	(2.248.166)	(1.894.269)
	<u>(13.441.311)</u>	<u>(20.725.606)</u>

17. Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	(3.297.593)	(1.451.454)
Material	(14.163)	(4.562)
Serviços de terceiros	(564.473)	(333.774)
Arrendamentos e aluguéis	(82.305)	(58.667)
Doações	(638.034)	(581.441)
Provisão (PCLD)	(646.514)	-
Tributos	(11.445)	(8.457)
Depreciação e amortização	(31.289)	(19.001)
Outras	(175.952)	(75.748)
	<u>(5.461.768)</u>	<u>(2.533.104)</u>

18. Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita financeira	<u>3.107.623</u>	<u>9.064.157</u>
Receitas de aplicações financeiras	1.979.571	2.754.722
Variação monetária	1.183.670	6.429.243
Outras receitas financeiras	38.215	8.692
Tributos sobre receitas financeiras	(93.833)	(128.500)
Despesa financeira	<u>(5.519.083)</u>	<u>(9.788.220)</u>
Variações monetárias passivas	(1.255.217)	(3.934.218)
Juros sobre financiamentos	(3.393.811)	(5.130.520)
Outras despesas financeiras	(870.055)	(723.482)
	<u>(2.411.460)</u>	<u>(724.063)</u>

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

19. Conciliação de imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	57.081.416	59.680.081
Alíquota nominal	<u>(19.383.681)</u>	<u>(20.267.228)</u>
Adições e exclusões não dedutíveis	(825.231)	4.905.506
Adição de contribuição social a base do IR	-	(1.521.665)
Incentivos fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	573.089	334.413
Outros	<u>3.753.251</u>	<u>(3.994.020)</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	<u>(15.882.572)</u>	<u>(20.542.994)</u>
IR e CS correntes	(13.073.438)	(16.548.973)
IR e CS diferidos	<u>(2.809.134)</u>	<u>(3.994.021)</u>
	<u>(15.882.572)</u>	<u>(20.542.994)</u>

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2017 e 2016, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5	24.438.130	15.885.338
Títulos e valores mobiliários	6	7.930.426	7.930.426

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2017	2016
Contas a receber - partes relacionadas	21	862.390	12.048
Concessionárias e permissionárias	7	9.509.118	9.277.152
Ativo financeiro amortizável e indenizável	8	436.489.002	438.291.868

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2017	2016
Financiamentos	9	28.178.415	46.313.423
Fornecedores - terceiros		684.872	998.975
Fornecedores - partes relacionadas	21	848.581	26.855

20.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em financiamentos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos financiamentos com

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2017. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	<u>31/12/2017</u>	<u>-5%</u>	<u>5%</u>
Financiamentos	28.178.415	(240.549)	250.520

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

21. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

21.1. Ativo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber - partes relacionadas	<u>862.390</u>	<u>12.048</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	850.342	-
Outros	12.048	12.048

21.2. Passivo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores - partes relacionadas	<u>848.581</u>	<u>26.855</u>

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

Aluguel (ii)	5.246	4.978
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	821.458	-
Outros	21.877	21.877

21.3. Resultado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado - partes relacionadas	<u>138.368</u>	<u>(58.667)</u>
Despesa aluguel (ii)	(62.419)	(58.667)
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	200.787	-

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

22. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	803.552	828.890
Seguro patrimonial	Risco operacional	147.365.404	147.635.404
Veículos	Carros	130.749	104.036
		<u>148.299.705</u>	<u>148.568.330</u>